

EXCLUSÃO RACIAL E SEXISMO: OS DESAFIOS DE SER UMA MULHER NEGRA NO BRASIL

RACIAL EXCLUSION AND SEXISM: THE CHALLENGES OF BEING A BLACK WOMAN IN BRAZIL

EXCLUSIÓN RACIAL Y SEXISMO: LOS DESAFÍOS DE SER MUJER NEGRA EN BRASIL

Eliesio Costa Lima¹, Kátia Carvalho da Silva Rocha², Gilberto Freire de Santana³

DOI: 10.54899/dcs.v22i81.3215

Recibido: 19/08/2025 | Aceptado: 20/08/2025 | Publicación en línea: 22/08/2025.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central tecer reflexões sobre a marginalização da mulher negra como fator histórico e estrutural, interligada a diversos fatores sociais. Discute-se como essa mulher, ao ser marginalizada desde a escravidão até a contemporaneidade, se tornou ainda mais resistente, vivendo uma tríplice militância que é uma resposta à tríplice opressão que enfrenta: a de raça, de gênero e classe. Assim, faz-se um estudo que é sobretudo teórico, baseando-se, inicialmente, nas contribuições de Almeida (2020) e Santos (2002), sobre o racismo e suas implicações sociais, apoiando-se ainda nas contribuições de Jesus (2014), acerca do racismo e suas implicações. Depois, nas contribuições de Gonzalez (2020) sobre a participação da mulher negra em movimentos antirracistas como a FNB, e Carneiro (2023) sobre o enfrentamento da mulher negra às opressões entrecruzadas. Recorre-se ainda à poesia, ao final do trabalho, visando a ampliação da compreensão da exclusão da mulher negra no âmbito intelectual.

Palavras-chave: Mulher Negra. Racismo. Sexismo. Resistência.

ABSTRACT

This work's central objective is to reflect on the marginalization of Black women as a historical and structural factor, interconnected with various social factors. It discusses how these women, having been marginalized from slavery to the present day, have become even more resilient,

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLLIT - UFNT), Araguaína, Tocantins, Brasil. E-mail: eliesiocosta2000@gmail.com

² Doutora em Letras área de concentração em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Mestrado em Letras da Universidade Estadual do Maranhão (PPGLE – UEMASUL), Imperatriz, Maranhão, Brasil. E-mail: katiacarvalho@uemasul.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9391-0526>

³ Doutor em Letras área de concentração em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Coordenador e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, docente permanente do Curso de Mestrado em Letras da Universidade Estadual do Maranhão (PPGLE - UEMASUL - UEMA), Imperatriz, Maranhão, Brasil.

E-mail: gilbertosantana@uemasul.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3018-3018>

experiencing a triple activism that is a response to the triple oppression they face: race, gender, and class. Thus, this study is primarily theoretical, initially based on the contributions of Almeida (2020) and Santos (2002) on racism and its social implications, and also on the contributions of Jesus (2014) on racism and its implications. It then focuses on the contributions of Gonzalez (2020) on the participation of Black women in anti-racist movements such as the FNB, and Carneiro (2023) on Black women's confrontation of intersecting oppressions. Poetry is also used at the end of the work to broaden the understanding of the exclusion of Black women in the intellectual sphere.

Keywords: Black Women. Racism. Sexism. Resistance.

RESUMEN

El objetivo central de este trabajo es reflexionar sobre la marginación de las mujeres negras como factor histórico y estructural, interconectado con diversos factores sociales. Se analiza cómo estas mujeres, tras haber sido marginadas desde la esclavitud hasta la actualidad, se han vuelto aún más resilientes, experimentando un triple activismo que responde a la triple opresión que enfrentan: raza, género y clase. Por lo tanto, este estudio es principalmente teórico, basado inicialmente en las contribuciones de Almeida (2020) y Santos (2002) sobre el racismo y sus implicaciones sociales, y también en las contribuciones de Jesus (2014) sobre el racismo y sus implicaciones. Posteriormente, se centra en las contribuciones de Gonzalez (2020) sobre la participación de las mujeres negras en movimientos antirracistas como la FNB, y de Carneiro (2023) sobre la confrontación de las mujeres negras con opresiones interseccionales. Al final del trabajo, se utiliza la poesía para ampliar la comprensión de la exclusión de las mujeres negras en la esfera intelectual.

Palabras clave: Mujeres Negras. Racismo. Sexismo. Resistencia.

PRIMEIRAS PALAVRAS

“A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes [...]
A voz de minha filha
recolhe em si a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.”
(Conceição Evaristo em *Poemas da recordação e outros movimentos*, 2017).⁴

As palavras de Evaristo anunciam o entrelaçamento da resistência negra feminina que perdurou por séculos, até chegar ao presente. Uma voz que resiste aos escombros do tempo, ao racismo e ao machismo patriarcal, anuncia que recolhe o falar e o agir, uma união que está na multiplicidade das vozes ditas e dos gestos que se concretizam no tempo presente: o hoje, o agora.

⁴ Este excerto faz parte do poema *Vozes-mulheres*, presentes no livro *Poemas da recordação e outros movimentos* (2017), de Conceição Evaristo. Assim, ao final deste trabalho, o poema foi referenciado por meio da obra completa.

Tal é a voz da mulher negra, um ser resiliente que, no Brasil, desde o período da escravidão, tem subsistido frente a opressões múltiplas: a de raça, a de gênero e a de classe. Essas opressões entrecruzadas não podem mais ser vistas de forma isolada, mas precisam ser combatidas de forma simultânea, buscando de fato tornar audíveis as vozes silenciadas que gritam há tanto tempo.

Com base nisso, este trabalho objetiva tecer algumas reflexões acerca da luta da mulher negra contra a marginalização histórica, em busca do seu lugar na sociedade brasileira. Para isso, o trabalho se estrutura em quatro seções, a primeira, esta introdução que contextualiza a voz feminina como um grito coletivo e histórico. Depois, uma breve discussão acerca do que é ser negro no Brasil, a partir das contribuições de Jesus (2014), Santos (2002) e Almeida (2020).

Em seguida, o trabalho traz uma discussão acerca do percurso histórico da mulher negra dentro dos movimentos antirracistas e feministas, mostrando que sua marginalização acontece de diferentes frentes, em uma tríplice opressão, que a coloca em um lugar ainda mais marginal que o da mulher branca, mas também, mostrando que sua resistência e resiliência se desenvolvem a partir de diferentes experiências. Para tanto, utilizam-se as contribuições de Gonzalez (2020), Carneiro (2023), Davis (2016), Pereira (2011) entre outros.

Na sequência, o trabalho discute como a marginalização da mulher negra acontece também no âmbito cultural, com destaque para o meio literário. Para isso, utiliza-se uma breve análise de um excerto poético de Evaristo (2017) acerca de Carolina Maria de Jesus e o seu anseio pela escuta enquanto vive no “quarto de despejo”, o lugar do silêncio. E, por fim, a seção seguinte se dedica a expor as principais conclusões alcançadas com a discussão teórica realizada neste trabalho.

O QUE É SER NEGRO NO BRASIL?: SABERES NÃO DITOS, EXISTÊNCIAS SILENCIADAS

Visando tecer reflexões sobre a luta da mulher negra pelo direito de igualdade e de existir como cidadã plena no Brasil, esse trabalho se inicia buscando examinar um fenômeno que inevitavelmente cerca tanto a vida de mulheres negras como a de homens negros: o racismo. No dia 13 de maio de 1955, ao rememorar o dia da abolição formal da escravidão, de 1888, Carolina Maria de Jesus escreveu: “Nas prisões os negros eram os bodes *espiatorios*. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com *despreso*. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos

sejam feliz” (Jesus, 2014, p. 30, grifo nosso)⁵. O racismo vai, pois, além da tortura física, como o encarceramento, o acoite, o tronco da casa grande; ele reflete uma dominação silenciosa capaz de determinar os limites da liberdade, a exclusão da pessoa negra.

A fala da autora indica que houve uma frágil e ainda incompleta mudança nas atitudes externas dos brancos em relação aos negros, desde o período anterior à abolição até a contemporaneidade, pois “os brancos agora são mais cultos”; observa-se a diminuição de algumas atitudes explícitas de tratamento desumano, como o trabalho escravo e as punições públicas de tortura, nas quais os negros “eram os bodes expiatórios”, no entanto, não houve a superação do racismo e esse preconceito persiste na presença diária do desprezo, como destaca Carolina. A autora mostra, nessa fala, que há uma continuidade da desigualdade entre o negro e o branco, pois a felicidade do negro depende de que o branco seja “iluminado”, havendo, assim, uma hierarquia no tratamento entre os grupos raciais.

O pensamento de Carolina aponta, assim, para a existência de um racismo camuflado, implícito, estruturado na sociedade. Sobre esse tema escreveu Silvio Almeida, em sua obra “Racismo estrutural” (2020), destacando que “a supremacia branca é uma forma de hegemonia, ou seja, uma forma de dominação que é exercida não apenas pelo exercício bruto do poder, pela pura força, mas também pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos” (Almeida, 2020, p. 75). O sujeito negro hoje é vítima de um racismo muito mais difícil de se combater, por ser implícito, ocorrendo não somente pela coerção, mas pela criação de crenças negativas acerca do seu valor na sociedade.

Essas crenças, como sugere Milton Santos, atuam além do limite simbólico, influenciando na valorização ou desvalorização do sujeito negro nos ambientes sociais. Citando sua própria experiência como homem negro, em um de seus textos, que escreveu no período próximo à celebração da Abolição da Escravatura, o estudioso faz a seguinte afirmação:

Peço desculpas pela deriva autobiográfica. Mas quantas vezes tive, sobretudo neste ano de comemorações, de vigorosamente recusar a participação em atos públicos e programas de mídia ao sentir que o objetivo do produtor de eventos era a utilização do

⁵ As palavras *espiatorios* e *despreso* fogem à norma padrão de escrita da língua portuguesa, evidenciando os marcadores da oralidade de Carolina, que não teve oportunidades de estudo formal. Sua grafia não deve ser considerada um “erro”, mas uma manifestação dos fenômenos de variação linguística que traduzem a sua realidade social. Outrossim, as palavras de Carolina funcionam como uma marca de um poder/lugar inacessível, estampada em sua escrita, inacessível porque não há oportunidades de mudança de sua realidade marginal. A sua escrita, se manifesta, dessa maneira, como um ferro a marcar cada rês e a estampar o seu lugar no mundo: o mundo dos que vivem à margem, dos sem oportunidades, dos secularmente “analfabetados”, aqueles que vivem “enjeitados” em uma pátria que exclui, como destaca Carlos de Assumpção, em seu poema *Protesto* (2020).

meu corpo como negro – imagem fácil – e não as minhas aquisições intelectuais, após uma vida longa e produtiva” (Santos, 2002, p. 160).

A fala de Santos expressa sua frustração ao perceber que, muitas vezes, os convites que recebeu em eventos públicos e na mídia não tinham foco nas suas capacidades intelectuais. Como estudioso e produtor de conhecimento, ele entende que deveria ser convocado para debater sobre suas produções, no entanto repetidamente foi convocado para comparecer a esses espaços como mera representação do negro “vencedor”, uma espécie de vitrine a ser mostrada, como a cumprir com um papel superficial, uma exibição da “imagem fácil” do corpo negro, que desconsidera sua trajetória suas contribuições sociais individuais.

Isso, de alguma forma, ainda persiste, se faz presente no cenário atual, onde há uma vasta propaganda do negro em cartazes de lojas, empresas e universidades como espaços de inclusão, mas que, muitas vezes, não passam de um faz de conta, pois, as mesmas lojas, empresas e universidades que com frequência propagam as imagens do negro em slogans e cartazes como sinônimo de inclusão, não inserem no corpo efetivo de professores e administradores profissionais negros, havendo uma parcela reduzida desses profissionais nesses espaços. Agravando o problema, há uma constante negação do racismo, presente não só nos espaços sociais como nas falas individuais. Acerca do caso específico do Brasil, Milton Santos argumenta que:

Pode-se dizer, como fazem os que se deliciam com jogos de palavras, que aqui não há racismo (à moda sul-africana ou americana) nem preconceito ou discriminação, mas não se pode esconder que há diferenças sociais e econômicas estruturais e seculares, para as quais não se buscam remédios. (Santos, 2002 p. 161).

Milton Santos destaca que, embora se utilize da estratégia de escamotear o racismo, por meio dos “jogos de palavras”, como se no Brasil o problema não existisse, não há como negar as evidências sociais claras, o racismo tem raízes fortemente estabelecidas no passado da nação, estruturado nas instituições, e continua a ser alimentado pela omissão de políticas públicas, os “remédios” sociais de enfrentamento ao problema. Como um fenômeno que é “parte da estrutura social” (Almeida, 2020, p. 52), o racismo não necessita de grandes esforços para continuar vigoroso, bastando que não seja combatido de maneira direta para que se perpetue na sociedade. Para Santos (2002), ser negro no Brasil hoje, é ser visto sob um olhar enviesado, no qual há um lugar pré-determinado para ele, que é incômodo tanto na base da pirâmide social como no topo.

ENTRE HISTÓRIA, MOVIMENTOS E (RE)EXISTÊNCIAS: O SER MULHER NEGRA NO BRASIL

Como discutimos anteriormente, ser negro no Brasil é ser objeto de um olhar enviesado, onde quase não é possível existir sem se tornar incômodo em uma sociedade onde o racismo ainda opera com tanta força. Se essa é a imagem que se tem do sujeito negro brasileiro, é preciso reconhecer que essa situação fica ainda mais intensa quando se trata de um sujeito ainda mais marginal: a mulher negra. Portanto, convém agora refletir: se ser negro é estar inserido em meio a essa quase impossibilidade de ser reconhecido pelas suas habilidades e capacidades, o que seria então ser mulher negra no Brasil?

É, sem dúvida, lutar contra um sistema que a marginaliza, pois ela enfrenta opressões interseccionais que dificultam a sua própria subsistência. Essas opressões muitas vezes, ao longo da história do Brasil e de outros países afetados pela escravidão, desestabilizaram os papéis tradicionais do homem e da mulher, e moldaram uma função múltipla para a mulher negra, na ausência de uma figura masculina, combinando resistência e liderança. Para Sueli Carneiro,

as mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada, marcada pela perda do poder de dominação do homem negro por sua situação de escravo, pela sujeição ao homem branco opressor e pelo exercício de diferentes estratégias de resistência e sobrevivência. Enquanto a relação convencional de dominação e subordinação social da mulher tem como complementaridade a eleição do homem como provedor, temos o homem negro castrado de tal poder enquanto escravo e posteriormente enquanto aliado do processo de industrialização nascente (Carneiro, 2023, p. 50).

A afirmação de Carneiro (2023) destaca a complexidade e singularidade da experiência da mulher negra. Diferente da mulher branca que, posta em uma relação patriarcal de subordinação e dominação, tinha, ainda no período colonial, o homem branco como provedor, a mulher negra se viu arrancada de uma possível “proteção” masculina, visto que o homem negro sofreu uma castração simbólica, mas também real. Por ser escravizado, ele foi destituído de sua autonomia e de qualquer possibilidade de desempenhar o papel de provedor e responsável pelo destino da mulher negra, como ocorria na estrutura patriarcal tradicional.

Enquanto o homem negro estava subjugado, em escravidão, a mulher negra teve que desenvolver habilidades e estratégias de resistência para sobreviver sozinha, dando início a uma experiência única que perdurou após a abolição da escravatura, visto que, excluído do processo de industrialização nascente, o homem negro continuou a ter dificuldades de exercer o papel de

provedor. O que, de certa maneira, persiste até os dias atuais, em que a mulher negra periférica é, em grande parte, a provedora do lar.

O período pós-abolicionista trouxe, de imediato, a sobrecarregada da mulher negra em relação às funções que esta deveria exercer simultaneamente para a sua sobrevivência e a de sua família, tendo que exercer agora o papel de líder, provedora e trabalhar em funções de subserviência dos patrões e patroas bem-sucedidas financeiramente na sociedade vigente; a mulher negra era, a partir de então, a mestra de sua comunidade (Gonzalez, 2020). Essa subserviência era a continuação de uma norma colonial que perdurava na sociedade, e que precisava ser combatida de forma direta, de modo que homens e mulheres negras se articularam para enfrentar esses desafios.

É importante lembrar ainda, que a sujeição das mulheres negras também esteve historicamente ligada à questão sexual. Durante a escravidão, elas eram submetidas à vontade sexual dos senhores, homens brancos, de modo que sofriam todas as impensáveis formas de estupros. Sobre isso, Davis (2016, p. 20) afirma que, “Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas.” Hoje em dia, tal condição de exploração persiste em novas formas de abuso e violência sexual, como no caso das trabalhadoras domésticas negras vítimas de assédio e violência no ambiente de trabalho, ou ainda, na alta vulnerabilidade dessas mulheres ao tráfico humano para exploração sexual. Em meio a todo o histórico de opressões e abusos, elas têm se engajado e desempenhado papéis fundamentais nas lutas por justiça e pela liberdade de existir.

A mulher negra esteve constantemente incluída nas lutas antirracistas, e na articulação de movimentos sociais de busca pela igualdade, desde o período colonial até a contemporaneidade. Um momento importante do movimento negro, que contou com a mobilização da mulher negra está no ano de 1931, quando, de acordo com Pereira (2011) cria-se, na cidade de São Paulo, a Frente Negra Brasileira (FNB). Para ele, se trata da “maior organização do movimento social negro na primeira metade do século XX” (Pereira, 2011, p. 1) e que se expandiu ao longo dos estados brasileiros a ponto de se tornar um partido político em 1936. Conforme Domingues (2008), as mulheres eram participantes ativas na FNB, participando de segmentos como a Cruzada Feminina, responsável por empreender trabalhos assistencialistas, e a comissão Rosas Negras, responsável pela organização de bailes e festas.

Mesmo se tratando de uma estrutura mais ampla, a FNB reforça que as mulheres negras estiveram ativas dentro do movimento negro em todo o tempo. Confirmando essa ideia, Gonzalez (2020, p. 162) destaca que “Os primeiros grupos organizados de mulheres negras emergiram dentro do próprio movimento negro”. Assim, houve, desde sempre, uma ligação entre as questões de gênero e as lutas antirracistas. Mas as organizações emergentes do movimento negro feminino se fortaleceriam sobretudo a partir dos anos de 1970. Nessa fase, o movimento negro se reerguia do período do Estado Novo, estabelecido, conforme Domingues (2007), a partir do ano de 1937, quando a FNB juntamente com outras organizações políticas foi extinta, esvaziando, assim, o movimento negro.

A reorganização do movimento negro em 1970, de acordo com Gonzalez (2020, p. 163), “se deveu à iniciativa de diversas mulheres negras sob a liderança da historiadora Beatriz Nascimento”. Contudo, mesmo inclusas no movimento negro elas parecem ter tido dificuldades quanto à sua autonomia dentro do grupo. Para tentar preservar um espaço de reivindicação própria, foram criados grupos específicos. Gonzalez (2020) menciona a criação dos grupos Aqualtune (1979), Luísa Mahin (1980) e o Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (1982), os quais, apesar do empenho dessas ativistas, desapareceram ao serem englobadas no movimento negro, uma organização mais ampla. Essa absorção evidencia uma limitação estrutural do próprio movimento, que, influenciado pelo machismo, subordinou as reivindicações femininas e agravou a marginalização de suas integrantes.

Assim, tais desafios na manutenção desses espaços de autonomia feminina refletem também a influência do machismo, fator que torna a condição de marginalização da mulher negra ainda mais severa do que a do homem negro, fazendo com que essas mulheres sejam excluídas também de grupos antirracistas, quando há a prevalência de um viés machista em suas estruturas. As mulheres negras enfrentam, portanto, simultaneamente, o racismo, o machismo e as consequentes barreiras impostas pela desigualdade econômica, o que agrava ainda mais sua exclusão social. Acerca disso, Carneiro (2023, p. 169) afirma que

o ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz na tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe, isto é, por força das contradições que o ser mulher negra encerra, recai sobre elas a responsabilidade de carregar politicamente bandeiras históricas e consensuais do movimento negro, do movimento de mulheres e somar-se aos demais movimentos sociais voltados para a construção de outro tipo de sociedade baseada nos valores da igualdade, solidariedade, respeito à diversidade e justiça social.

A afirmação de Carneiro (2023) reflete o embate da mulher negra contra a tríplice opressão de raça, gênero e classe. Essa opressão sistemática a empurra para a margem da sociedade em diferentes segmentos. Nos espaços físicos, por exemplo, as comunidades periféricas evidenciam os impactos históricos e estruturais dessas opressões, o que pode ser percebido na vivência de Carolina Maria de Jesus na favela do Canindé, na década de 1950, onde as condições precárias de moradia e a exclusão social são marcantes.

Outrossim, essa relação também se reflete nos espaços intelectuais e de poder, como as funções políticas, onde a presença de mulheres negras ainda é extremamente limitada. Enquanto o homem negro enfrenta o racismo e a desigualdade econômica, a mulher negra lida com essas mesmas opressões, somadas à desigualdade de gênero, o que agrava a sua condição de exclusão, exigindo dela uma mobilização muito maior. Como destaca Carneiro (2023), ser mulher negra no Brasil implica também carregar bandeiras essenciais, como a busca pela igualdade, a solidariedade e o respeito.

Essa mobilização não só denuncia as desigualdades, mas busca o direito de fala, os espaços de protagonismo e a integração da mulher negra como sujeito ativo no âmbito social. A militância tríplice mencionada por Carneiro (2023), está relacionada ainda com o conceito de interseccionalidade, desenvolvido sobretudo pelo feminismo negro. Tal conceito consiste em uma abordagem teórica que objetiva compreender as lutas da mulher negra e sua trajetória de forma simultânea, uma vez que o enfrentamento de um único problema pode ocasionar o agravamento de outros.

A exemplo disso, falando do renascimento do movimento negro no Rio de Janeiro ocorrido em 1970, Gonzalez (2020, p. 163) afirma que as mulheres “costumavam se encontrar separadamente para discutir seus problemas específicos antes de apresentá-los ao grupo como um todo, com a intenção de desenvolver práticas não sexistas”. Essa fala denuncia que havia dentro do próprio movimento negro, manifestações machistas. Era preciso haver conversas separadas do grupo a fim de evitar eventuais censuras. Logo, trabalhar apenas no enfrentamento do racismo poderia agravar ainda mais o problema do machismo, com consequências que poderiam se iniciar dentro do próprio movimento negro.

Tal constatação traz um ensinamento importante para os dias atuais, um momento em que há uma luta constante e coletiva de desconstrução do racismo e do machismo: é preciso que se considere cada vez mais a união de grupos que lutam contra a hegemonia branca e masculina, assim como, os que combatem as desigualdade sociais. Só um enfrentamento a partir de todas as

frentes poderá desestabilizar o sistema patriarcal branco.

Outrossim, retoma-se o questionamento feito no início desta seção: o que é ser mulher negra no Brasil? É fazer parte de uma coletividade de mulheres fortes e intelectuais que lutam historicamente em busca de serem ouvidas, em busca de poderem ser incluídas nos espaços sociais; é carregar as bandeiras da igualdade, do orgulho e da resiliência. Ser mulher negra hoje no Brasil é ser a voz de ontem e de hoje, porque a causa negra nunca é isolada, mas histórica.

A SOLIDÃO DO NÃO DITO: A PALAVRA NEGRA QUE QUER SER LIDA

É fundamental compreender que a tríplice opressão, ao qual este trabalho mencionou anteriormente reflete em tudo o que cerca a mulher negra, não se tratando apenas de uma exclusão física ou de grupos específicos. Tal opressão reflete, inclusive, as suas produções culturais, com destaque, aqui, para a escrita, onde dificulta o reconhecimento de suas obras, bem como as suas publicações, a divulgação e, conseqüentemente, a leitura de seus trabalhos. O poema *Clarice no quarto de despejo* (2017)⁶ de Conceição Evaristo, ilustra essa realidade de exclusão. Ao encontrar Carolina em seu barraco, o “quarto de despejo”, Clarice questiona: “Onde estivestes de noite, Carolina?” (Evaristo, 2017, p. 94), ao que Carolina responde: “Macabeando minhas agonias, Clarice” (Evaristo, 2017, p. 94), como que, tal como a personagem Macabeá, de *A hora da estrela* (1977), de Clarice Lispector, sentindo a agonia de quem não é visto. Ainda no poema de Evaristo, Carolina acrescenta também à sua fala as seguintes palavras, em tom de lamentação e agonia:

De mim, escrevo não só a penúria do pão,
cravo no lixo da vida, o desespero,
uma gastura de não caber no peito,
e nem no papel.
Mas ninguém me lê, Clarice,
para além do resto.
Ninguém decifra em mim
a única escassez da qual não padeço,
– a solidão (Evaristo, 2017, p. 94).

Na estrofe, Carolina afirma que escreve não apenas a ausência de pão na mesa, mas o clamor de quem anseia ser ouvida, lida para além do “resto”. Ao afirmar que “crava”, no lixo da vida, o desespero, Carolina revela que suas palavras, ao serem registradas, cravadas, perpetuam

⁶ O poema *Clarice no quarto de despejo* faz parte da obra *Poemas da recordação e outros movimentos* (2017), de Conceição Evaristo, que reúne diversos poemas da autora. Por isso, ao final deste trabalho, o poema foi referenciado por meio da obra completa.

seu anseio pela escuta. A palavra “desespero” atribui ainda mais intensidade à “gastura”, desconforto, que não cabe no “peito”, de modo que é um sentimento que não pode ser contido no centro de sua alma, tampouco cabe no “papel”, não podendo ser traduzida em palavras. Há muita dor. Mas qual é o motivo da dor, se não é somente sobre a penúria do pão que ela escreve? É uma dor do não dito, do não ouvido, do não lido.

Carolina afirma: “mas ninguém me lê, Clarice”, e reforça que ninguém “decifra” a única escassez da qual não padece, a solidão. A palavra decifrar equivale, nessa estrofe, à análise de sua realidade para além dos aspectos superficiais. O ato de “decifrar” implica um esforço interpretativo, uma leitura cuidadosa dos significados subjacentes, algo que lhe é negado. Sua obra e sua experiência não são consideradas em sua profundidade, sendo tratadas como meros relatos da miséria, sem a devida valorização de seu teor literário e de seus aspectos subjetivos, deixando a alma da escritora triste, pesada pela solidão, que não lhe falta, e que ninguém parece olhar atentamente. Tal condição encontra ressonância em suas próprias palavras, ditas em *Quarto de despejo*: “Hoje eu estou triste. Deus devia dar uma alma alegre para o poeta” (Jesus, 2014, p. 138). Tal como sugere o poema de Evaristo, a mulher negra tem sido historicamente silenciada e sua produção intelectual subestimada, enfrentando não apenas a exclusão social, mas também o apagamento de sua voz e de sua autoria.

Essa marginalização não ocorre de maneira isolada, mas sim no entrecruzamento de múltiplas opressões que a atravessam. Diante desse contexto, é necessário que o enfrentamento dessas desigualdades seja uma luta coletiva e onde sejam enfrentadas de forma simultânea. Reconhecer essa complexidade é fundamental para que a mulher negra deixe de ser marginalizada passe a assumir os espaços que lhe foram negados por tanto tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou, sobretudo, trazer reflexões teóricas e críticas sobre a marginalização histórica da mulher negra, demonstrando como essa posição subalterna é motivada por diferentes formas de opressão, baseadas na raça, no gênero, e na classe. Observou-se que, à medida que a mulher negra teve que enfrentar tamanho desafio para existir como sujeito no Brasil, um país onde ainda são comuns práticas racistas e sexistas, ela desenvolveu também formas de resistência, passando a ser a “mestra” de sua comunidade, na ausência de uma figura masculina protetora, na época da escravidão, pois o racismo também impedia as famílias de terem

a presença do homem negro como provedor do lar.

Mas a opressão perdurou, e a mulher negra, sendo oprimida por diferentes frentes, também teve que resistir de diferentes formas, erguendo diferentes bandeiras: a da igualdade, da diversidade, do orgulho, da resistência, entre outras. Também participando ativamente dos movimentos antirracistas. Nesse ponto, constatou-se que também no movimento negro, quando este se reergueu em 1970, as mulheres negras foram as protagonistas em sua reorganização, contudo, tiveram dificuldades de exercer autonomia dentro do grupo, o que evidencia a sua exclusão dentro do próprio movimento, pois a sua opressão acontece por meio do gênero, independentemente de seu grupo racial. Sobre isso, constatou-se que o enfrentamento da marginalização feminina negra deve partir de um movimento que considere o entrecruzamento de opressões, pois só assim é possível vencer e construir uma sociedade onde a voz dessa mulher seja ouvida.

O presente trabalho também fez uma breve análise literária, a fim de demonstrar como a exclusão da mulher negra acontece também no espaço intelectual, onde a palavra negra aparece solitária, em busca de uma escuta, em busca de saciar a única escassez da qual não se padece: a solidão. Tal é a imagem que o poema Clarice no quarto de despejo (2017), de Evaristo, transmite. A agonia que vivencia Carolina nesse pequeno eco poético se mostra como um anúncio da voz negra feminina que quer ser lida, uma voz de muita inteligência, de força expressiva, uma voz subversiva que precisa ser debatida, trazida à tona nas universidades, nas escolas e em qualquer espaço onde se possa criar discussões transformadoras.

Este trabalho, dentro desse contexto, busca ser um instrumento de ressignificação, trazendo contribuições teóricas para o meio acadêmico, objetivando contribuir com outras pesquisas sobre o tema. Espera-se que a voz feminina negra encontre cada vez mais eco: que ela salte nas páginas dos livros, nas rodas de conversa na escola, que ela esteja nos lábios da criança e do adulto, e que o Brasil se torne um país de igualdade e onde a pluralidade das existências seja valorizada a cada dia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ASSUMPÇÃO, C. de. **Não pararei de gritar**: Poemas Reunidos. Organização: Alberto Pucheu. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Niterói, **Tempo**. v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/>. Acesso em: 24, jun. 2025.

DOMINGUES, P. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**. [S. L.], v. 13, n. 39, p. 517-596, set., dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hqBHpKJHNtbrVMgJb3Fpv9M/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. (Org.): Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

PEREIRA, A. A. Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” ao longo do século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300639227_ARQUIVO_Movimentonegro noBrasil-ANPUH2011.pdf. Acesso em 26 nov. 2024.

SANTOS, M. Ser negro no Brasil Hoje. in: **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.